



RELATÓRIO TRIMESTRAL DE AUDITORIA

Órgão: Câmara Municipal de Canindé do São Francisco

Período: 01 de Julho a 30 de Setembro de 2017

Em cumprimento as determinações legais, e, em observância ao que dispõe a Resolução TC nº 206 de 1º de novembro de 2001, o Controle Interno deste Poder Legislativo, criado através da Resolução nº 02 de 12 de dezembro de 2001, realizou análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão supramencionado, correspondente ao 3º trimestre, cujos resultados relatamos abaixo:

1 – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017 foi aprovado pela Lei Municipal nº 46 de 19/12/2013.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2017 foi aprovada através da Lei Municipal nº 108/2016 de 06/07/2016, e encontra-se compatível com as disposições constantes no Plano Plurianual.

A Lei Orçamentária Anual, aprovada pela Lei Municipal nº 122/2016 de 22/12/2016, estimou a despesa do Poder Legislativo em **R\$ 4.355.000,00 (quatro milhões trezentos e cinquenta e cinco mil reais)**, assim distribuídos:

Despesas Correntes	4.332.000,00
Despesas de Capital	23.000,00
TOTAL	4.355.000,00

2 – RECEITA E TESOURARIA:

2.1 – O total repassado pelo Poder Executivo no período em análise totalizou em **R\$ 845.894,02 (oitocentos e quarenta e cinco mil oitocentos e noventa e quatro reais e dois centavos)**. Segue abaixo um breve demonstrativo da receita da Câmara Municipal, considerando-se os valores arrecadados até este trimestre:

Período	Repasses (R\$)	Orçamentária (R\$)
Até o trimestre anterior	1.703.841,03	396,21
Neste trimestre	845.894,02	261,40
Acumulado	2.549.735,05	657,61





Câmara Municipal de
CANINDE
DE SÃO FRANCISCO

2.2 – As disponibilidades financeiras do órgão, registradas na contabilidade em 30/09/2017, importava em R\$ 140.988,37 (cento e quarenta mil novecentos e oitenta e oito reais e trinta e sete centavos), assim distribuídas:

Bancos c/ movimento	140.988,37
TOTAL	140.988,37

Os saldos das contas acima foram conferidos individualmente através dos registros analíticos existentes na contabilidade.

Verificando o demonstrativo que evidencia os saldos extraídos dos extratos bancários, encontramos um total de R\$ 141.611,25 (cento e quarenta e um mil seiscentos e onze reais e vinte e cinco centavos). As diferenças entre os saldos registrados na contabilidade e aqueles existentes nos extratos bancários encontram-se devidamente informadas através das conciliações bancárias.

2.3 – A receita extraorçamentária do período importou em R\$ 1.085.876,55 (Um milhão oitenta e cinco mil oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

INSS SERVIDORES	61.417,41
INSS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	231,00
IRRF- FOLHA	23.950,39
IRRF- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.228,55
PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.448,67
REPASSE DUODECIMO DA CÂMARA	845.894,02
CONSIGNADO BB	10.448,73
CONSIGNADO BANESE	84.274,86
CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	35.802,92
ASEC	1.180,00
TOTAL	1.065.876,55

3 – DESPESA

3.1 – A despesa empenhada no período atingiu o montante de R\$ 71.903,43 (setenta e um mil novecentos e três reais e quarenta e três centavos). O total de despesas liquidadas no período, decorrentes de empenhos deste trimestre, importou em R\$ 797.143,12 (setecentos e noventa e sete mil cento e quarenta e três reais e doze centavos). Do volume acumulado de despesas empenhadas e devidamente liquidadas, foram pagas neste trimestre a importância em R\$ 818.207,02 (oitocentos e dezoito mil duzentos e sete reais e dois centavos). Segue abaixo um resumo da execução da despesa orçamentária:

Período	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Paga (R\$)



Câmara Municipal de
CANINDE
DE SÃO FRANCISCO

Até o trimestre anterior	3.428.565,96	1.677.255,50	1.653.119,36
No trimestre	71.903,43	797.143,12	818.207,02
Acumulado	3.500.469,39	2.474.398,62	2.471.326,38

3.2 - A despesa extra-orçamentária do período totalizou em R\$ 206.649,10 (Duzentos e seis mil seiscentos e quarenta e nove reais e dez centavos).

INSS SERVIDORES	43.481,58
IRRF- FOLHA	25.712,68
IRRF PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	840,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.821,63
SALÁRIO FAMÍLIA	522,12
CONSIGNADO BANCO BRADESCO	1.733,09
CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	10.448,73
CONSIGNADO BANCO BANESE	84.274,86
CONSIGNADO CAIXA ECONÔMICA	36.634,41
ASEC	1.180,00
TOTAL	206.649,10

3.3 – CRÉDITOS ADICIONAIS

Não foram abertos créditos adicionais no período.

3.4 – DIÁRIAS

No período foram concedidas diárias a servidores e Vereadores no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais). Estas diárias vêm sendo pagas com base no valor fixado na Resolução do TCE nº297 de 11 de agosto de 2016.

4 – LIMITES LEGAIS E GESTÃO FISCAL.

4.1 – SUBSÍDIOS

Os subsídios dos Vereadores para a atual legislatura foram fixados através da lei nº 118/2016 de 09/09/2016, em R\$ 6.012,70 (seis mil doze reais e setenta centavos).



4.2 – PATRIMÔNIO

4.2.1- Bens Móveis

Os bens móveis adquiridos neste trimestre totalizaram R\$ 2.439,60 (dois mil quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta centavos). Verificamos por amostragem os bens adquiridos e constatamos que foram devidamente tombados, conforme preceitua a Resolução TCE/SE nº 160/92.

MÊS	VALOR – R\$
JULHO	2.439,60
AGOSTO	0,00
SETEMBRO	0,00
TOTAL	2.439,60

4.2.2 – Almoxarifado

No final do trimestre em análise, o Almoxarifado totalizou a soma de R\$ 20.143,11 (vinte mil cento e quarenta e três reais e onze centavos), conforme na tabela abaixo:

MÊS	VALOR – R\$
JULHO	8.818,55
AGOSTO	6.601,70
SETEMBRO	4.722,86
TOTAL	20.143,11

4.3 – DESPESAS COM FOLHA DE PAGAMENTO

O total da despesa da Câmara Municipal com folha de pagamento até o período em exame atingiu o montante de R\$ 2.071.088,11 (dois milhões setenta e um mil oitenta e oito reais e onze centavos). Levando-se em consideração o limite máximo estabelecido pelo art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal (70% da receita da Câmara), que equivale a R\$ 2.376.754,90 (dois milhões trezentos e setenta e seis mil setecentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos), constatamos que os gastos com folha de pagamento do Poder Legislativo encontram-se desacordo



com as normas, obstante a informação, recomendamos a redução da folha de pagamento, para regularização e cumprimento a legislação ao final do exercício.

5 – PROCESSOS LICITATÓRIOS E SUAS DISPENSAS/INEXIGIBILIDADES

Durante o período auditado foram realizados 01 (hum) adesão registro de preços e 02 (duas). Os processos foram analisados, estando devidamente formalizados e de acordo com a legislação que rege a matéria.

6 – CONTRATOS

Durante o período auditado foram celebrados 03 (tres) Contratos. Os mesmos foram analisados, estando de acordo com o art. 55, da Lei Federal nº 8.666/93.

7 – CONCLUSÃO

Pela análise dos documentos postos à nossa disposição, concluímos que os procedimentos adotados pelo órgão, encontram-se de acordo com as normas vigentes.

ESTE É O RELATÓRIO

Canindé de São Francisco/SE, 25 de Outubro de 2017.

WACIL LEANDRO DE MORAES JUNIOR
Controle Interno